

XIV Jornada Científica de
**PESQUISA
SOCIAL**



**Comemoração do
Dia do Assistente Social**

22 a 25 de maio

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA**

**XIV Jornada Científica de Pesquisa Social
Comemoração do Dia do Assistente Social**

22 a 25 de maio de 2017

**Maio de 2017
FOA**

EXPEDIENTE

FOA

Presidente

Dauro Peixoto Aragão

Vice-Presidente

Eduardo Guimarães Prado

Diretor Administrativo - Financeiro

Iram Natividade Pinto

Diretor de Relações Institucionais

José Tarcísio Cavaliere

Superintendente Executivo

Jairo Conde Jogaib

Superintendência Geral

José Ivo de Souza

Relações Públicas

Maria Amélia Chagas Silva

UniFOA

Reitora

Claudia Yamada Utagawa

Pró-reitor Acadêmico

Carlos José Pacheco

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Alden dos Santos Neves

Pró-reitor de Extensão

Otávio Barreiros Mithidieri

EDITORA FOA

Editor Chefe

Laert dos Santos Andrade

COMISSÃO ORGANIZADORA

Daniele Ribeiro do Val de O. L. Santa Bárbara

Karin Alves do Amaral Escobar

Mônica Santos Barison

Rozana Aparecida de Souza

Editora FOA

www.unifoa.edu.br/editorafoa

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

C397j Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.
XIV Jornada científica de pesquisa social:, Comemoração do Dia do Assistente Social [recurso eletrônico] resumo dos trabalhos: 22 a 25 de maio de 2017. Volta Redonda: FOA, 2017.

32 p.

Realização: curso de Serviço Social

Comissão organizadora: Daniele Ribeiro do Val de O. L. Santa Bárbara; Karin Alves do Amaral Escobar; Mônica Santos Barison, et al.

ISBN: 978-85-5964-073-1

1. Serviço social - trabalhos. 2. Jornada científica. I. Fundação Oswaldo Aranha. II. Centro Universitário de Volta Redonda. III. Título.

CDD – 361

**XIV Jornada Científica de Pesquisa Social
Comemoração do Dia do Assistente Social**

Dias: 22, 23, 24 e 25 de maio de 2017

Hora: 19 às 22 horas

Local: Auditório do Campus Aterrado

APRESENTAÇÃO

O Curso de Serviço Social, na XIV edição da Jornada Científica de Pesquisa Social, reafirma seu compromisso de construir espaços para a publicização de trabalhos e pesquisas acadêmicas, na perspectiva de elucidar a importância da produção do conhecimento no âmbito da formação profissional. Em tempos temerosos, em que assistimos a desregulamentação de direitos sociais, a capacidade de análise da conjuntura é imprescindível para o estudante de Serviço Social. Não podemos nos furtar da tarefa de iluminar o olhar que lançamos à realidade por meio de lentes críticas, capazes de contribuir no processo de identificação das possibilidades de resistências da classe trabalhadora. Nesse sentido, a programação contou com palestras, exibição de filme e apresentações de trabalhos e pesquisas.

PROGRAMAÇÃO

22 de maio (Segunda-feira)

Mesa de Abertura

Tema: Trabalho, Contra Reforma do Estado e Serviço Social

Palestrante

Inez Stampa

Pós-doc em Sociologia e Antropologia/UFRJ

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC Rio

Doutora em Serviço Social/PUC-Rio

Coordenadora da Pós-Graduação ABEPSS Leste

Coordenadora da Mesa

Mônica Santos Barison

Coordenadora do Curso de Serviço Social do UniFOA

23 de maio

Exibição e Debate do filme

"Eu, Daniel Blake" (Direção de Ken Loach)

Debatedora:

Rozana Aparecida de Souza

Mestre em Saúde Coletiva (IESC/UFRJ)

Professora do UniFOA

Coordenadora da Mesa

Syrléa Marques Pereira

Doutora em História/UFF

24 de maio

Apresentação dos Trabalhos

Mesa 01 Sala 108

Sujeitos Sociais e Cidadania

Coordenador da Mesa: Professor Julio Nobre

Adultização da Infância e o Comportamento Consumista: as armadilhas do marketing publicitário na constituição do ser criança

Autora: Natália Zancanelli de Oliveira

Intolerância Religiosa no Brasil

Autora: Diana Mara de Freitas

O envelhecimento na atualidade: uma controvertida produção coletiva

Autores: Liz Rodrigues de Souza; Renata Rodrigues Silva; Ivanete da Rosa Silva de Oliveira; Arlene Assis de Oliveira Diniz de Farias; Julio Cezar de Almeida Nobre; Thabata Braga Mendes

O sistema de cotas raciais é solução para a redução das desigualdades sociais? Uma análise da percepção de estudantes universitários sobre o tema
Autora: Selma Heloísa da Silva Carvalho

Sexo à venda: representações sobre prostituição nos classificados dos jornais Diário do Vale, a Voz da Cidade e O Globo.
Autoras: Daniele Ermida Faria e Rozana Aparecida de Souza

Uso das Redes Sociais: impactos na construção da identidade e da sociabilidade dos adolescentes
Autora: Arlene Assis de Oliveira Diniz de Farias

Mesa 02 Sala 104

Assistência Social e Saúde

Coordenadora da Mesa: Profa Rozana Aparecida de Souza

Assistência Social para povos e comunidades tradicionais: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) destinado à comunidade Roma
Autora: Emanuele Afonso

Avanços e Desafios no Enfrentamento da Violação dos Direitos das Famílias dos Adolescentes Privados de Liberdade
Autora: Nubiane Paula dos Santos Silva

O Trabalho Profissional e apropriação do morador de rua das políticas públicas sociais ofertadas no município de Resende/RJ: relatos de trabalho de uma assistente social e uma história de sucesso de uma usuária atendida pelo Centro POP
Autora: Nubiane Paula dos Santos Silva

Projeto Terapêutico em Saúde Mental no Centro de Atenção Psicossocial: promovendo a intersetorialidade e superando a exclusão social
Autor: Mateus de Oliveira Vale

Uma análise da Educação em Saúde e a Prostituição no Sul-Fluminense
Autoras: Daniele Ermida Faria; Isabelle dos Santos Silva; Rozana Aparecida de Souza

Violações de Direitos no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI)
Autoras: Karin Alves do Amaral Escobar; Isabelle dos Santos Silva

25 de maio
Apresentação de Trabalhos

Mesa 01 Sala 108

Seguridade Social, Sistema de Justiça e Direitos Sociais

Coordenadora da Mesa: Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Judicialização da Questão Social: os significados pelos profissionais da política de atenção psicossocial

Autoras: Ingrid de Carvalho Silva; Mônica Santos Barison; Ursula Adriane Fraga Amorim

Mulheres no Cárcere: Os resquícios da ditadura civil-militar nos presídios femininos no Brasil

Autora: Tainara Perête Pereira

Como a adoção pode ser tronar uma alternativa ao infanticídio indígena: algumas reflexões

Autores: Brener Pereira; Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara
Jessica Moura; Joana Lopes; Maria Cecília Guimarães; Thomas de Paula Souza;
Yuri Nunes Macedo

O acolhimento Institucional como medida protetiva e sua realidade na Região Sul-Fluminense

Autora: Mayara Maciel de Oliveira

Sexo não consentido é estupro! Na minha ou na sua família

Autora: Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Barbara, Isa Mara Silva;
Tainara Adriana Silva

Uma análise das (in) validações das contribuições facultativo baixa renda e o perfil dos segurados nas cidades de Barra Mansa e Volta Redonda

Autrores: Isa Mara Silva; Yago Galdino Fernandes; Laura Torres; Marcos Paulo Carvalho; Dario Aragão Neto; Maria das Dores Reis Fontes; Rose Helena Vieira Celestino; Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Mesa 02 Sala 104

Direitos Sociais, Trabalho e Formação profissional

Coordenadora da Mesa: Mônica Santos Barison

A implantação do Currículo de 1982 e a Inserção da Disciplina de Pesquisa nos Curso de Serviço Social

Autores: Clarissa Anastácio; Nathan Gonçalves; Monique Machado e Natália Silveira

Direitos Humanos da Pessoa Idosa e Serviço Social: reflexões dos assistentes sociais sobre o trabalho profissional e o sistema de proteção social.

Autoras: Karin Alves do Amaral Escobar; Paola Karina Vidal Alves de Paula; Tatiana Teixeira de Paula

O debate do Serviço Social acerca da atenção aos idosos na contemporaneidade
Autora: Cirlene Liberato Coelho

Terceiro Setor e Serviço Social: reflexões acerca do trabalho nesse campo
profissional
Autoras: Tamires Souza Diz; Karin Alves do Amaral Escobar

Direitos Humanos e Poder Judiciário: os significados atribuídos pelos Assistentes
Sociais
Autoras: Ingrid de Carvalho Silva e Mônica Santos Barison

SUMÁRIO

Adultização da Infância e Comportamento Consumista: as armadilhas do marketing publicitário na constituição do Ser Criança	10
Intolerância Religiosa no Brasil	11
O envelhecimento na atualidade: uma controvertida produção coletiva	12
O Sistema de cotas raciais é solução para a redução das desigualdades sociais? Uma análise da percepção de estudantes universitários sobre o tema.....	13
Sexo a venda: representações sobre prostituição nos classificados dos jornais “Diário do Vale”, “A Voz da Cidade” e “O Globo”	14
Uso das redes sociais: impactos na construção da identidade e da sociabilidade do adolescente	15
Assistência Social para povos e comunidades tradicionais: O Serviço de Proteção e atendimento Integral à Família (Paif) Destinado À Comunidade Roma.....	16
Avanços e desafios no enfrentamento da violação dos direitos das famílias Dos Adolescentes Privados De Liberdade	17
O trabalho profissional e apropriação do morador de rua das políticas públicas sociais ofertadas no município de Resende-RJ: relatos de trabalho de uma assistente social e uma história de sucesso de uma usuária atendida pelo Centro POP	18
Projeto Terapêutico de saúde mental no Centro de Atenção Psicossocial: promovendo a intersetorialidade e superando a exclusão social	19
Uma análise da educação em saúde e a prostituição no sul fluminense	20
Violações de direitos no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (paefi).....	21
Judicialização da questão social: os significados atribuídos pelos profissionais da política de atenção psicossocial	22
Mulheres no cárcere: os resquícios da ditadura civil-militar nos presídios femininos no Brasil	23
Como a adoção pode se tornar uma alternativa ao infanticídio indígena: algumas reflexões.....	24
O acolhimento institucional como medida protetiva e sua realidade na região Sul Fluminense.....	25
Sexo não consentido é estupro! Na minha ou na sua família	26
Uma análise das (in) validações das contribuições facultativo baixa renda e o perfil dos segurados nas cidades de Barra Mansa e Volta Redonda.....	27

A implantação do currículo de 1982 e a inserção da disciplina de Pesquisa nos cursos de Serviço Social.....	28
Direitos Humanos da Pessoa Idosa e Serviço Social: reflexões dos assistentes sociais sobre o trabalho profissional e o Sistema de Proteção Social.....	29
O debate do Serviço Social acerca da atenção aos idosos na contemporaneidade .	30
Terceiro Setor e Serviço Social: reflexões acerca do trabalho nesse campo profissional	31
Direitos Humanos e o Poder Judiciário: os significados atribuídos pelos assistentes sociais	32

Adultização da Infância e Comportamento Consumista: as armadilhas do marketing publicitário na constituição do Ser Criança

Autora: OLIVEIRA, Natália Zancanelli de.

Orientadora: SANTA BARBARA, Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima.

RESUMO

A Influência midiática para o consumo na fase da infância e da adolescência pode ser considerada uma forma de violência simbólica, à medida que ao impor necessidades pode afetar seu desenvolvimento, adultizar a infância e trazer desafios na constituição de sua identidade. A publicidade abusiva é prevista nas legislações como danosa e requer, assim, medidas que protejam crianças e adolescentes da ênfase a uma sociabilidade do consumo que naturaliza comportamentos e compromete seus direitos e sua condição de sujeitos em desenvolvimento. Nesse contexto em que o consumo exacerbado é uma violação de direitos, como o assistente social pode se inserir nesse debate e contribuir na proteção da infância e juventude? Entendemos que o Serviço Social é uma profissão que deve viabilizar e assegurar cidadania, com uma atuação de cunho sócio educativo que contribua na compreensão dos aspectos que envolvem as relações que crianças e adolescentes estabelecem com a mercadoria, com o status e o simbólico que elas representam, assim como, junto às relações que também estabelecem com a família e com a comunidade.

Palavras-chave: Infância; publicidade abusiva; violência simbólica.

Intolerância Religiosa no Brasil

Autora: FREITAS, Diana Mara de

Orientador: DE CASTRO, Felipe da Matta

RESUMO

Esse trabalho visa apresentar a pesquisa que está sendo desenvolvida como requisito da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso ministrada no curso de Serviço Social do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA) e consiste em reconhecer a importância do debate do Serviço Social sobre a Intolerância Religiosa no Brasil, assim como abordar e apontar a violência que está sendo praticada no país contra as religiões de matriz africana, chamadas também de religiões afro-brasileiras. O interesse pelo tema que abordamos nesta pesquisa tem como ponto de partida questões pessoais ao ver como as religiões de matriz africana e seus seguidores são vistos e tratados pela sociedade como um todo no Brasil. Este estudo busca registrar a situação de descaso, preconceito, racismo, violência e intolerância praticada contra essas religiões. No senso comum as religiões de matriz africana são associadas aos negros que comumente são identificados como perturbadores da ordem social, aos homossexuais como agressores da moral e dos bons costumes, e a todo tipo de pessoa considerada inferior, pela classe dominante do mundo capitalista que vivemos. O nível da intolerância religiosa no Brasil, voltado para as religiões de matriz africana, está atingindo patamares absurdos inclusive com registro de crimes de assassinatos contra lideranças religiosas desse segmento. Considerando a realidade apresentada como expressões da questão social, o tema se torna relevante para o Serviço Social por contribuir para o pensar e o fazer profissional, principalmente pela relação com a defesa dos direitos humanos e do direito à liberdade e religiosa e de culto.

Palavras-Chave: Intolerância Religiosa; Violência; Racismo.

O envelhecimento na atualidade: uma controvertida produção coletiva

Autores: MENDES, Thabata Braga; NOBRE, Júlio Cesar de Almeida; OLIVEIRA, Arlene Assis de; OLIVEIRA, Ivanete da Rosa Silva de; SILVA, Renata Rodrigues; SOUZA, Liz Rodrigues de.

Orientador: NOBRE, Júlio Cesar de Almeida.

RESUMO

Atualmente, inúmeros são os argumentos acerca da velhice, estando estes atrelados e relacionados a interesses diversos. Alguns apontam para uma realidade na qual o humano seria produzido como um objeto, sendo valorizado somente pela sua produtividade. Outros argumentam pelo viés da melhoria da qualidade de vida, visando manter o indivíduo jovem e ativo por muito mais tempo ou se amparam em propostas acerca da necessidade de lutar por esse segmento social, considerado como fragilizado. Enfim, diversas são as abordagens que se produzem frente à questão da velhice. O presente estudo tem por objetivo realizar uma cartografia acerca da produção do envelhecimento na atualidade, articulando-a aos referenciais da Teoria Ator-rede – TAR e, desse modo, concebendo-a como um efeito de instáveis redes em ação, um circuito de mediadores. Tal cartografia configura-se como uma descrição dos circuitos produtivos de fronteiras espaciais delimitadoras da realidade do envelhecimento na atualidade, concepção permeada por intensas controvérsias. Busca-se evidenciar redes coletivas e heterogêneas de mediadores/mediações a constituir grupos e antigrupos, circulações e resistências. Tais mediações, ao tecerem realidades acerca do envelhecimento, seguem imbricadas com uma multiplicidade de vozes que são trazidas a argumentar. Temos aqui uma realidade, na qual o envelhecimento se produz em meio à mídia, instituições financeiras, agências de turismo, política, biologia, acadêmicos, dentre outros.

Palavras-Chave: Teoria Ator-rede; envelhecimento; cartografia.

O Sistema de cotas raciais é solução para a redução das desigualdades sociais? Uma análise da percepção de estudantes universitários sobre o tema.

Autora: CARVALHO, Selma Heloisa da Silva.

Orientadora: SANTA BARBARA, Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima.

RESUMO

O sistema de cotas para entrada nas universidades é entendido como estratégia de superação ou diminuição das desigualdades sociais, à medida que oportuniza o acesso à educação e à qualificação profissional. Contudo, ainda é um tema polêmico e não consensual, inclusive entre os próprios estudantes, o que nos motivou a realização do presente estudo. A partir de pesquisa bibliográfica e de campo buscamos capturar a percepção de estudantes universitários sobre o tema, com a aplicação de questionários aos alunos dos cursos de Serviço Social, Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Direito do Centro Universitário de Volta Redonda, UniFoa, instituição de ensino privada e sem uso do sistema de cotas. Entre as análises engendradas, concluímos que a percepção de negros e brancos em relação às Cotas Raciais é diferente, mas uma parcela significativa tanto de negros, quanto de brancos concordam que as cotas raciais proporcionam uma mudança na forma de acessar bens e serviços, o que nos leva a entender que as políticas de ação afirmativa vêm cumprindo seu papel e podem promover transformações na sociedade.

Palavras-chaves: Políticas Afirmativas; sistema de cotas; desigualdade social; estudantes universitários.

Sexo a venda: representações sobre prostituição nos classificados dos jornais “Diário do Vale”, “A Voz da Cidade” e “O Globo”

Autoras: FARIA, Danielle Ermida., SOUZA, Rozana Aparecida de.

RESUMO

Profissionais do sexo utilizam diversos meios de comunicação para divulgar seus trabalhos: redes sociais, anúncios em *sites*, anúncios em jornais *online* e impressos. O anúncio em classificados de jornais é um recurso utilizado por esse público com relativa frequência há décadas. Uma análise dos anúncios de prostituição nos classificados revela como esses profissionais transformaram suas representações e identificações a partir de influências da mídia, ou seja, ao mesmo tempo que os anúncios de classificados constroem representações sociais sobre a prostituição sofre influências significativas das representações, forjadas pela sociedade. Pesquisadores reconhecem a importância dos meios de comunicação no que se refere à veiculação de informações e disseminação de valores. Este projeto de iniciação científica pretende identificar e analisar as representações sobre a prostituição nos Classificados dos jornais Diário do Vale, A Voz da Cidade e O Globo. Faz se necessário: analisar fatores sociais e culturais que influenciaram as representações; identificar e analisar as características dos anúncios publicados nos classificados; comparar as representações presentes nos anúncios do jornal com O Globo com o material coletado nos jornais Diário do Vale e A Voz da Cidade. Pesquisa com abordagem qualitativa que utiliza análise documental. O processo metodológico consiste na seleção, classificação e análise dos anúncios de prostituição publicados nos Classificados, dos jornais.

Palavras-Chave: Prostituição; Mídia; Representações Sociais.

Uso das redes sociais: impactos na construção da identidade e da sociabilidade do adolescente

Autora: FARIAS, Arlene Assis de Oliveira Diniz de

Orientadora: BARBARA, Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa

RESUMO

As redes sociais virtuais se tornaram o caminho mais fácil e rápido de comunicação, integração e acesso do jovem ao lazer, serviços, relacionamentos, formas de estudar e consumir na sociedade contemporânea. Hoje, a realidade de vida dos mais jovens está permeada pela tecnologia, pois já crescem envolvidos nela. As redes sociais atualmente podem ser consideradas pelos adolescentes como uma extensão da esfera privada, e como parte de suas vidas, contribuem na formação de suas identidades e nas formas de sociabilidade que experimentam. Com a preocupação em analisar como essa nova forma de se relacionar impacta no desenvolvimento da adolescência, este estudo pretende discutir como as tecnologias midiáticas, dentre as quais está a internet e as redes sociais virtuais, podem exercer influência sobre a forma como o adolescente constrói suas relações sociais e como o capitalismo utiliza isso para transferir seus valores consumistas e individualistas. Esse trabalho se constitui em um trabalho de conclusão de curso do Serviço Social, temática importante para a profissão porque os adolescentes são um dos principais públicos de atendimento dos assistentes sociais, e entender a dinâmica da construção das relações sociais e o que as determinam nessa faixa etária é fundamental para desenvolver um atendimento que entenda o adolescente em sua integralidade, visando à garantia de acesso aos direitos e a constituição das mediações necessárias à convivência familiar e comunitária.

Palavras-Chave: Redes sociais; Adolescência; Sociabilidade.

Assistência Social para povos e comunidades tradicionais: O Serviço de Proteção e atendimento Integral à Família (Paif) Destinado À Comunidade Roma

Autora: AFONSO, Emanuele

RESUMO

Perseguidos como os judeus, escravizados como os africanos, expropriados de sua cultura e terra como os índios, estamos falando dos Roma, ou como denominamos, ciganos. Povo tradicional que habita o Brasil desde os primeiros anos de colonização. Perseguidos e massacrados na Europa, no Brasil os ciganos são invisíveis, talvez como uma possibilidade de coexistência pacífica com os gadjes. A cultura cigana faz parte do imaginário popular brasileiro, compondo famosos personagens na literatura ou tema de novela, porém o que nos parece prevalecer são seus adjetivos pejorativos presentes nos antigos dicionários. No que tange às políticas públicas e legislações, não há qualquer documento que dê visibilidade e contribuam para o empoderamento dessas comunidades, embora todos reconheçamos nossa igualdade perante a lei, devemos destacar que nossas necessidades são diferentes, e portanto devem receber do poder público ações diferenciadas em reconhecimento às lutas e historicidade de seu povo e em respeito à diversidade cultural. Este artigo propõe um debate acerca do atendimento pela Assistência Social, através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), às comunidades Roma, a partir de uma exploração bibliográfica e análise de dados oficiais acerca dos programas da assistência social no Brasil.

Palavras-chave: Ciganos; PAIF; Assistência Social.

Avanços e desafios no enfrentamento da violação dos direitos das famílias Dos Adolescentes Privados De Liberdade

Autora: SILVA, Nubiane Paula dos Santos

RESUMO

O reconhecimento da família como alvo principal das políticas públicas, constitui fator crucial para objetivos primordiais ao desenvolvimento humano, como a minimização da pobreza, o acesso à educação, saúde, alimentação e moradia, fatores propulsores a proteção das crianças e adolescentes. Procuramos demonstrar que a família tem um papel fundamental na criação e fomento das políticas públicas e no desenvolvimento da sociedade. Abordaremos os principais programas e projetos voltados às famílias, destacando que a potencialização das políticas públicas voltadas a famílias na proteção, prevenção de riscos à crianças e adolescentes e a importância da convivência familiar e comunitária na contribuição para reinserção e reintegração dos adolescentes privados de liberdade.

Palavras-Chave: Família; Ato Infracional; Políticas Sociais.

O trabalho profissional e apropriação do morador de rua das políticas públicas sociais ofertadas no município de Resende-RJ: relatos de trabalho de uma assistente social e uma história de sucesso de uma usuária atendida pelo Centro POP

Autora: SILVA, Nubiane Paula dos Santos

RESUMO

O conhecimento e aproximação da realidade de trabalho do profissional de Serviço Social em um Centro de Referência Especializado em População de Rua, a utilização dos pressupostos norteadores da profissão como principal referência na atuação profissional e atendimento aos usuários. Alguns recursos fundamentais utilizados no atendimento e acompanhamento desses usuários, tanto na minimização das desigualdades, mas principalmente como formas de acesso e garantia de direitos deste público. O reconhecimento das instituições que constituem a rede sociassistencial, os profissionais que nela atuam como agentes primordiais na execução do trabalho. Destarte, para a apropriação e protagonismo do usuário no desenvolvimento de suas potencialidades no enfrentamento e superação dos problemas vivenciados pelas pessoas em situação de rua.

Palavras-Chave: O profissional de Serviço Social, População em Situação de Rua, Um caso de sucesso.

Projeto Terapêutico de saúde mental no Centro de Atenção Psicossocial: promovendo a intersetorialidade e superando a exclusão social

Autor: VALE, Mateus de Oliveira

RESUMO

O objetivo do trabalho é compreender e discutir a construção do Projeto Terapêutico nos serviços de saúde mental e, em específico elencar possíveis parcerias entre o Centro de Atenção Psicossocial e demais setores da sociedade, visando o desenvolvimento social, a autonomia do usuário, suplantando a exclusão social. O interesse pelo tema se deu pela experiência profissional de Assistente Social na área, especialmente como funcionário público de uma Residência Terapêutica onde obteve o contato direto com várias histórias de vida de usuários e famílias que passaram pela época de hospitais psiquiátricos e que hoje tem a possibilidade de um tratamento humanizado e participativo. Realizou-se uma discussão teórica sobre o Projeto Terapêutico, mostrando a história da reforma psiquiátrica no Brasil, características do processo de constituição da Política de Saúde Mental, o surgimento dos Centros de Atenção Psicossocial, os serviços residenciais terapêuticos e finalizou expondo sobre a intersetorialidade no âmbito da Saúde Mental em específico de apoio as ações dos Centros de Atenção Psicossocial. Assim, demonstrou-se que a Reforma Psiquiátrica trouxe uma nova forma de visualizar as complexas demandas vividas por indivíduos em sofrimento psíquico, a mudança na atenção ao usuário e suas necessidades, a consolidação de parcerias intersetoriais, que atualmente se desponta como um novo caminho voltado às necessidades do território, orientadas pelas premissas do Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: saúde mental; centro de atenção psicossocial; intersetorialidade

Uma análise da educação em saúde e a prostituição no sul fluminense

Autoras: FARIA, Danielle Ermida, SILVA; Isabelle dos Santos; SOUZA, Rozana
Aparecida de

RESUMO

Esta pesquisa pretendeu identificar materiais educativos e informativos produzidos pelo Ministério da Saúde (MS) e pelos serviços públicos de saúde de cinco municípios da região Sul Fluminense (Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí, Resende e Angra dos Reis) destinados a promover a saúde de prostitutas/os. Foram analisadas campanhas do MS, materiais informativos direcionados às esses profissionais; levantou-se junto aos órgãos municipais de saúde materiais educativos que tivessem algum conteúdo voltado para a saúde de prostitutas/os; Pesquisa qualitativa que adotou a análise documental como técnica de coleta de dados. Os municípios não ofertam material de educação em saúde direcionado a esses profissionais. A ausência de dados é um elemento importante para análise, destacando a necessidade do debate ao direito a saúde e a produção de ações de promoção e prevenção no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. Profissionais que vendem sexo são invisíveis frente às políticas públicas. Nos serviços de saúde esses profissionais sofrem discriminação pelos agentes responsáveis pelo atendimento, comumente são culpabilizados pelas doenças que os acometem. Numa temática marcada pelo julgamento moral, o órgão responsável pelas diretrizes de atendimento na política de saúde, o MS deveria assumir uma postura estratégica a fim de contribuir para o enfrentamento do preconceito que existe em relação a esses profissionais. Porém, o que se observa é a ausência de ações do MS nesse campo.

Palavras-Chave: Prostituição; Educação em Saúde; Serviços Públicos de Saúde.

Violações de direitos no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (paefi)

Autoras: SILVA; Isabelle dos Santos.; ESCOBAR; Karin Alves do Amaral.

RESUMO

O Serviço de Proteção Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI) é um serviço de apoio, acompanhamento e orientação destinado a famílias com um ou mais membros em situação de ameaças ou violação de direitos. Compreende ações de orientações para a promoção de direitos, preservação e fortalecimento dos vínculos familiares, sociais e comunitários e para o fortalecimento da função protetiva das famílias. Esse atendimento é realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS- conforme preconiza o Sistema Único da Assistência Social que prevê o atendimento às ações de assistência social no âmbito da proteção de média e alta complexidade. De acordo com o disposto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Os usuários do PAEFI compreendem vítimas de Violência Física, psicológica e negligência; Violência Sexual: abuso e/ou exploração sexual; Vivência de trabalho infantil; Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas socioeducativas ou medidas de proteção, vítimas de bullying, descumprimento dos programas PETI e PBF, outras formas de violação de direitos. Nesse sentido esse projeto de pesquisa define como objeto de estudo as violações de direitos de famílias e indivíduos no âmbito do PAEFI, como objetivo geral pretende-se desenvolver como trabalho de conclusão de curso conhecer o perfil dos usuários atendidos pelo PAEFI/CREAS do município de Volta Redonda.

Palavras-Chave: Violação de direitos; proteção social; violência

Judicialização da questão social: os significados atribuídos pelos profissionais da política de atenção psicossocial

Autoras: AMORIM, Úrsula Adriane Fraga; BARISON, Mônica Santos; SILVA, Ingrid de Carvalho.

RESUMO

O trabalho apresenta a pesquisa realizada em 2016, intitulada “Políticas de Saúde e a Judicialização da Questão Social”, dos Cursos de Direito e Serviço Social do UniFOA. O objetivo foi o de conhecer a compreensão dos profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) de Volta Redonda sobre a relação entre a política de saúde e o Ministério Público (MP)/Poder Judiciário (PJ). Perseguimos a lógica de capturar os elementos que configuram a gênese dos encaminhamentos dos casos para o MP/PJ. A motivação do estudo manteve conexão com a necessidade de aprofundar a reflexão acerca da relação entre a precarização das políticas de saúde e a judicialização da questão social. O pressuposto foi o de que os encaminhamentos realizados desencadeiam o processo de judicialização da questão social, considerada como transferência das responsabilidades do Poder Executivo (PE) para o PJ ao que se refere ao enfrentamento das expressões da questão social. Os resultados indicam que os profissionais, em sua maioria, compreendem que o PJ e o MP como instituições parceiras, valorizando a interação existente na medida em que os efeitos da ação do PJ/MP na vida dos usuários são classificados com positivos. Assim, observamos uma tendência dos profissionais de produzir interseções entre as intencionalidades contidas nos objetivos dos CAPs e do PJ/MP. Em sua maioria, os profissionais inscrevem os objetivos do PJ/MP e dos CAPs no âmbito da defesa e garantia de direitos sociais. Tal compreensão pode indicar um processo de naturalização das funções do MP/PJ ao que se refere às práticas tradicionais de controle, vigilância e repressão da população. A naturalização de tais funções tradicionais é observada ainda quando analisamos os dados acerca da compreensão dos profissionais sobre os motivos dos encaminhamentos dos CAPs para MP/PJ. A maioria identifica à dinâmica e os comportamentos dos membros da família ou dos próprios usuários como motivo de tais encaminhamentos. Destacamos a identificação das situações de negligência e de abandono perpetrados pela família e os comportamentos transgressores dos usuários. Assim, podemos identificar a naturalização do movimento de transferência das responsabilidades de enfrentamento das expressões da questão social do PE para o PJ.

Palavras-Chave: Judicialização da Questão Social; Sistema de Justiça; Centro de Atenção Psicossocial.

Mulheres no cárcere: os resquícios da ditadura civil-militar nos presídios femininos no Brasil

Autora: PEREIRA, Tainara Perête

Orientadora: HAGINO, Córa Hisae

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de analisar o período histórico nacional entre 1964 e 1985, quando no Brasil foram cometidas atrocidades amparadas pela legislação vigente na época; e, com foco nas prisões de mulheres guerrilheiras opositoras ao regime autoritário, visa traçar um paralelo entre tais apreensões do passado e a realidade atual do Sistema Carcerário Feminino brasileiro, dadas as péssimas condições em que os presídios do país se encontram. Ao estudar levantamentos de dados acerca da população carcerária atual, além de pesquisa bibliográfica e histórica, pretende averiguar as violações de direitos fundamentais que permaneceram, ainda que no Estado Democrático de Direito; e também as heranças do regime ditatorial no que tange a invisibilidade das mulheres na história e o modo com que o Estado lida com as suas especificidades no cárcere.

Palavras-chave: mulheres; prisão; ditadura civil-militar.

Como a adoção pode se tornar uma alternativa ao infanticídio indígena: algumas reflexões

Autores: PEREIRA, Brenner; MOURA, Jéssica; LOPES, Joana; GUIMARÃES, Maria Cecília; SOUZA, Thomás de Paula; MACEDO, Yuri Nunes.

Orientadora: SANTA BARBARA, Daniele R V O L.

RESUMO

Este trabalho abordou o tema infanticídio em aldeias indígenas e teve como objetivo geral refletir sobre os paradoxos do respeito a uma prática cultural e a defesa do direito à vida, dois direitos fundamentais assegurados na legislação brasileira. No contexto do debate sobre aculturação, será que um direito pode se sobrepor ao outro? Qual direito deve ser priorizado quando tratamos de um tema como este? Há na adoção uma solução para esta questão? Estas foram as principais perguntas que nortearam o desenvolvimento deste trabalho, que procurou defender a adoção como alternativa possível ao infanticídio indígena. Ainda temos no Brasil algumas tribos indígenas, normalmente mais isoladas, que praticam o infanticídio, que nas aldeias apresenta um papel cultural e religioso, em que se acredita que crianças que nascem com alguma deficiência, gêmeos ou filhos de relações extraconjugais trarão “maus espíritos” e, conseqüentemente, desgraça à tribo, portanto são sacrificadas. Assim, ao destacarmos a adoção como alternativa ao infanticídio, discutimos as legislações pertinentes ao tema e concluímos que ações educativas e preventivas podem minimizar essa prática cultural, visto que muitos índios já questionam tal prática e muitas mães buscam ajuda para proteger seus filhos desse destino.

Palavras-Chave: infanticídio; adoção; direitos fundamentais.

O acolhimento institucional como medida protetiva e sua realidade na região Sul Fluminense

Autora: OLIVEIRA, Mayara Maciel de

Orientadora: BARBARA, Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa

RESUMO

O interesse pelo tema surgiu a partir das aulas da disciplina de Direito e Legislação Social ocasião em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi discutido. O tema ganhou novos elementos e leituras com a disciplina de Questão Social, Sujeitos e Cidadania II, pois nos aproximamos de debates sobre a realidade histórica da política de atendimento à infância e todas as contradições que colocaram crianças e adolescentes como objetos de tutela do Estado, passível de controle social e moral, até serem compreendidas como sujeitos de direitos. O Estado e a sociedade possuem o papel de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes em situação de risco social e o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre sua proteção integral. Entre os direitos fundamentais assegurados, está a convivência familiar e comunitária, pois a lei promove uma mudança no paradigma da institucionalização, entendendo o abrigo como último recurso a ser adotado. Deste modo como objetivo geral nos propomos a identificar se os direitos previstos pelo ECA são garantidos ou são violados no que se refere a aplicação da medida protetiva de acolhimento institucional, pois frequentemente nos deparamos com reportagens, debates em sala de aula e experiências de estágio que nos mostram que os motivos que levam à institucionalização permanecem os mesmos: a negligência, o abandono, maus-tratos, o alcoolismo dos pais ou responsáveis e a pobreza. Desta forma, recorreremos ao Censo do Módulo Criança e Adolescente do Ministério Público para saber o perfil da criança em acolhimento institucional na região sul fluminense e provocar reflexões sobre os motivos que levam à separação de filhos e genitores, com a crítica que outras alternativas de atendimento deveriam ser realizadas antes do acolhimento institucional.

Palavras-chave: Institucionalização; criança; adolescente

Sexo não consentido é estupro! Na minha ou na sua família**Autoras:** SILVA, Isa Mara; SILVA, Tainara Adriana.**Orientadora:** SANTA BARBARA, Daniele R V O L.**RESUMO**

Nesse trabalho abordamos a violência sexual contra a mulher que ocorre nas relações conjugais, com o objetivo de evidenciar que o sexo não consentido é uma forma de violência e pode ser considerado estupro conforme o Código Penal Brasileiro e a Lei Maria da Penha. Entendemos que a naturalização hierárquica de papéis sexuais masculinos e femininos se constitui como um dos fatores propulsores para a violência contra a mulher, sendo o patriarcado um sistema reprodutor das desigualdades de gênero. Além disso, o sistema capitalista, ao produzir desigualdades sociais, acentua as desigualdades de gênero, à medida que fortalece lugares sociais sexuais e caracteriza a violência como uma expressão da Questão Social. Apesar dos avanços nas legislações e no debate sobre relações de gênero, observamos vários fatos, situações e fenômenos sociais, publicizados pela mídia em geral, que demonstram o avanço do conservadorismo e o alto índice de violência contra a mulher, sendo a responsabilidade da violência sexual normalmente atribuída à vítima ou mesmo mascarada e naturalizada. Desta forma, a partir do trabalho de uma disciplina do curso de Serviço Social, nos propusemos a aprofundar o estudo sobre a seguinte questão: sexo não consentido nas relações conjugais é compreendido como crime? Nosso objetivo é provocar reflexões e debater sobre uma condição que muitas mulheres podem viver, mas não se reconhecerem como vítimas de violência. Para isso reunimos reportagens e vídeos sobre o assunto, para sistematizarmos o debate e embasar os argumentos de que o sexo deve ser consentido, se não, é violência.

Palavras-Chave: relações de gênero; violência sexual; questão social

Uma análise das (in) validações das contribuições facultativo baixa renda e o perfil dos segurados nas cidades de Barra Mansa e Volta Redonda

Autores: SILVA, Isa Mara; FERNANDES, Yago Galdino; TORRES, Laura; CARVALHO, Marcos Paulo; NETO, Dario Aragão; FONTES, Maria das Dores Reis; CELESTINO, Rose Helena Vieira; SANTA BARBARA, Daniele R V O L.

RESUMO

Trata-se de um projeto de pesquisa que visa analisar a contribuição previdenciária facultativo baixa renda nas cidades de Barra Mansa e Volta Redonda, instituída através da Lei nº 12.470 de 31 de agosto de 2011 e que faz parte do rol de benefícios da Previdência Social Pública. O segurado não pode ter renda própria, deve sua dedicação ser exclusiva ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, precisa ser pertencente a família com renda de até dois salários mínimos, e o cidadão e/ou sua família precisam estar cadastrados no CAD Único, cuja responsabilidade é da Política Nacional de Assistência Social. É possível começar a contribuir independente de comparecimento à Agência da Previdência Social para realizar o cadastro e a validação das contribuições somente são realizadas quando o contribuinte fizer o requerimento de algum benefício. Nesse cenário, caso o usuário não tenha os esclarecimentos necessários quanto aos critérios estabelecidos legalmente, somente os terá quando requerer algum benefício. Não há detalhamento prévio das condicionalidades do programa, o que pode acarretar indeferimento das requisições de benefícios que o usuário venha a fazer ao longo do tempo de sua contribuição. Assim, objetivamos estimar o número de segurados facultativo baixa renda; estimar o número de segurados que já requisitaram benefícios e quais foram; quantificar deferimentos e indeferimentos, assim como os motivos para indeferir a requisição; identificar os benefícios mais concedidos; construir o perfil dos beneficiários cadastrados. Será essa contribuição eficaz na inclusão dos trabalhadores do lar na proteção social previdenciária?

Palavras-Chave: facultativo baixa renda; previdência social; trabalho doméstico não remunerado.

A implantação do currículo de 1982 e a inserção da disciplina de Pesquisa nos cursos de Serviço Social

Autores: ANASTÁCIO, Clarissa; GONÇALVES, Nathan; MACHADO, Monique; SILVEIRA, Nathalia

Orientadora: SOUZA, Rozana

RESUMO

O presente trabalho resulta de uma atividade da disciplina de Pesquisa Social, ministrada no segundo ano do curso de Serviço Social. Constitui-se num artigo que discute o processo de implantação do currículo de 1982 e a inserção da disciplina de Pesquisa na grade curricular dos cursos de Serviço Social. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica em ambiente físico e virtual, que possibilitou discutir, ainda que breve, concisamente sobre o assunto. Na primeira parte do trabalho resgata-se o contexto do Serviço Social na década de 1980, destacando o papel do Movimento de Reconceituação e da Teoria Social Crítica nesse momento. Na segunda parte são apresentados resultados desses dois fatores para o Serviço Social brasileiro. O currículo de 1982 apresentou a ruptura do Serviço Social brasileiro com o americano, isto é, com o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Este currículo marca a ruptura com o conservadorismo e responde às novas demandas que estavam sendo colocadas para a profissão, aos questionamentos no âmbito da ação profissional, às transformações na sociedade, tendo por base uma teoria crítica. A inserção da disciplina de Pesquisa na grade curricular dos cursos de Serviço Social possibilitou maior bagagem intelectual aos estudantes, aliando teoria e prática, nesse contexto.

Palavras-Chave: Pesquisa em Serviço Social; Movimento de Reconceituação, Revisão Curricular de 1982.

Direitos Humanos da Pessoa Idosa e Serviço Social: reflexões dos assistentes sociais sobre o trabalho profissional e o Sistema de Proteção Social

Autoras: PAULA; Tatiana Teixeira de.; PAULA, Paola Karina Vidal Alves de.; ESCOBAR; Karin Alves do Amaral.

RESUMO

O estudo em questão tem por objetivo conhecer as reflexões dos assistentes sociais que atuam nas políticas de atendimento a pessoa idosa do município de Volta Redonda sobre o trabalho profissional e o sistema de proteção social. A pesquisa será realizada nas instituições que integram a rede socioassistencial de atendimento ao idoso através de mapeamento das instituições que possuem inscrição no Conselho Municipal de Defesa e Direitos da Pessoa Idosa. O processo de envelhecimento populacional aponta para a necessidade da construção de dispositivos normativos de defesa e direito desse segmento etário, entre os quais a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso. Nesse sentido o estudo busca problematizar acerca da efetivação dessa proteção no âmbito do sistema de garantia de direitos, considerando as contribuições e os desafios para a garantia de direitos de cidadania para a população idosa. O interesse pelo tema surgiu a partir da percepção da necessidade dos profissionais de Serviço Social ampliar a produção de conhecimento no campo da cidadania e direitos da pessoa idosa, face seu compromisso ético-político com valores como equidade, justiça social, garantia de direitos, autonomia e emancipação dos sujeitos postos em questão.

Palavras-Chave: Serviço Social; Direitos Humanos; Proteção Social ao Idoso.

O debate do Serviço Social acerca da atenção aos idosos na contemporaneidade

Autora: COELHO; Cirlene Liberato

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade conhecer o debate acadêmico do serviço social sobre a forma como os idosos são tratados na sociedade capitalista e o sistema de proteção social a eles destinados. Especificamente, a intenção é capturar o debate sobre as leis regulamentadas destinadas a esse segmento social e os serviços disponibilizados nas políticas sociais. A questão em análise é aquela que aponta para o alcance da longevidade em tempos de retrocesso de garantia de direitos tanto por parte do Estado como da família, que sinalizam as fragilidades das políticas de proteção social frente às necessidades dessa parcela da população. A reflexão que se faz neste artigo assume como tema a produção de conhecimento do Serviço Social acerca da questão do envelhecimento e das políticas públicas de proteção aos idosos. O envelhecimento, antes debatido somente no âmbito privado, ganha visibilidade no meio público por suas particularidades e importância tendo em vista o aumento da expectativa de vida. A princípio foi preciso fazer uma pesquisa biobibliográfica buscando conhecer o debate acadêmico acerca do modo como os idosos são tratados em nossa sociedade capitalista e as respostas dadas pelos governantes através de políticas sociais e serviços disponibilizados como forma de inserção social. Ao final, será abordada a questão das fragilidades desta política decorrente da desresponsabilização por parte do Estado acarretando na desproteção social dos idosos.

Palavras-chave: Envelhecimento; Proteção Social; Serviço Social.

Terceiro Setor e Serviço Social: reflexões acerca do trabalho nesse campo profissional

Autoras: DIZ; Tamires Souza.; ESCOBAR; Karin Alves do Amaral.

RESUMO

O estudo em questão tem por objetivo conhecer as reflexões sobre o trabalho profissional do assistente social nas instituições do terceiro setor. O surgimento do chamado terceiro setor relaciona-se ao contexto de reestruturação produtiva do capital iniciado a partir da década de 1970, e conseqüentemente a retração do papel do Estado no enfrentamento das expressões da questão social com a ofensiva neoliberal iniciada nos anos de 1990. Nesse cenário observa-se também um crescimento de organizações sociais, em especial as de caráter não-governamental, sem fins lucrativos, entre tantas outras, que passam a requisitar o trabalho do assistente social. Compreendendo que o profissional de Serviço Social encontra na Questão Social a matéria prima de seu trabalho, essas transformações nas respostas às expressões da Questão Social repercutem diretamente na profissão de Serviço Social. Diante das constantes contradições, que trazem desafios ao profissional, assim como outros campos de inserção, cabe ao Assistente Social tecer estratégias na perspectiva de materialização do projeto ético-político, desvinculando-se de práticas conservadoras, filantrópicas e assistencialistas que alteram o significado do seu trabalho técnico-profissional.

Palavras-Chave: Terceiro Setor; Serviço Social; Trabalho Profissional

Direitos Humanos e o Poder Judiciário: os significados atribuídos pelos assistentes sociais

Autoras: SILVA, Ingrid de Carvalho; BARISON, Mônica Santos.

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar o projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido no âmbito do Programa de Iniciação Científica do UniFOA. O objetivo geral do estudo é o de conhecer o significado atribuído pelos assistentes sociais do Tribunal de Justiça da Comarca de Volta Redonda sobre os direitos humanos e o Poder Judiciário. É sabido que, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 é reconhecida como a Constituição Cidadã, que inova no reconhecimento dos Direitos de Cidadania, em consonância com legislações internacionais que postularam a afirmação dos Direitos Humanos. Entretanto, em razão da barbárie imposta pelo modo de produção capitalista ao que se refere à produção da questão social, a afirmação no plano legal dos direitos humanos não garante sua efetivação. O discurso sobre direitos se constitui, então, como um fetiche, que escamoteia a produção das desigualdades sociais. O Serviço Social a partir da década de 1990 assumiu a defesa dos direitos humanos e da cidadania como base ética para orientar o pensar e o fazer do assistente social, em consonância, inclusive, com os princípios constitucionais. A materialização do projeto ético político do Serviço Social enfrenta, então, um paradoxo: como contribuir no processo de efetivação dos direitos humanos em uma realidade marcada por constantes violações dos direitos civis, políticos e sociais? Frente a essa problematização, consideramos importante indagar se os assistentes sociais identificam tais contradições. Compreendemos que esse estudo é relevante para adensar o debate sobre direitos humanos, além de possibilitar a oferta de subsídios para a avaliação da formação e do trabalho do assistente social. Com o fito de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa possui caráter qualitativo, utilizando como instrumento a entrevista semiestruturada aplicada a assistentes sociais que compõem a equipe do Serviço Social que trabalham nas Varas de Família e no Juizado da Infância, Juventude e Idoso da Comarca de Volta Redonda.

Palavras-Chave: Serviço Social; Direitos Humanos; Capitalismo